

Parecer nº 128/98

Data: 1998.10.07

Processo nº 446

Requerente: Instituto Superior de Engenharia de Lisboa.

Os Factos

Os encarregados de educação de alunos do Instituto Superior de Engenharia de Lisboa têm solicitado informação sobre “o aproveitamento escolar dos filhos (ou de alunos que, não sendo filhos, se encontram a viver com o seu apoio financeiro e familiar), tendo os responsáveis escolares dúvidas sobre a existência de direito de acesso a essa “informação do rendimento escolar do aluno e aos respectivos documentos nominativos, constantes do seu processo individual”, dúvida acrescida pelo facto de grande parte dos alunos ser maior, por ter mais de 18 anos de idade”.

Em face do que se pede o seguinte parecer:

“Existência ou não de interesse directo e pessoal dos pais ou responsáveis de alunos maiores (desde que vivam em economia familiar e sob o seu sustento), quanto ao acesso à informação relativa ao aproveitamento escolar e documentos nominativos destes”.

O Direito

Os documentos que a Escola e, por vezes, a legislação referente à Administração escolar designa como nominativos, por conterem dados escolares reportados aos nomes dos diferentes alunos, não são, realmente, documentos nominativos à face da Lei nº 65/93, de 26 de Agosto.

Os respectivos processos individuais poderão conter dados de diferente natureza e proveniência, não estritamente relacionados com o aproveitamento escolar; mas

quanto aos dados especificamente escolares, a questão sobre a confidencialidade colocar-se-ia apenas em relação ao conhecimento das classificações, elemento que efectivamente é o desejado pelos encarregados de educação em causa. Acontece que os dados relativos a resultados sobre o aproveitamento nas diferentes matérias e anos, tal como os pontos de frequências e exames que lhes servem de base, não são de acesso interdito, nem ao próprio nem a terceiros (Fernando Condesso, Direito à Informação Administrativa, Separata de Legislação, Cadernos de Ciência da Legislação, INA, nº 17, OUT/DEZ 1996, pág. 91). Com efeito, em termos muito sintéticos, importa referir que esses elementos são publicados, mantendo-se expostos durante certos períodos, sujeitos ao conhecimento geral. As notas, expressão máxima dos juízos de valor sobre a aprendizagem dos alunos, são públicas ou publicáveis, e portanto os elementos referentes ao aproveitamento são de considerar acessíveis ao conhecimento quer dos próprios quer de terceiros.

Em face do exposto, emite-se parecer no sentido de considerar que os encarregados de educação têm direito de acesso às informações constantes de documentos que revelem o aproveitamento escolar de filhos ou outros estudantes em relação aos quais pretendam conhecer o aproveitamento.

Aprovado em sessão da CADA de 7 de Outubro de 1998.

Castro Martins (Presidente) - *José Magalhães* (de acordo com a declaração de voto de João Figueiredo) - *Silva Marques* - *João Figueiredo* (nos termos da declaração anexa) - *Vasco Almeida* - *Francisco de Brito* - *José Renato Gonçalves* - *Branca do Amaral* - *João Labescat*

Declaração

Concordo com o parecer, explicitando contudo o seguinte: como é dito no parecer "as notas, expressão máxima dos juízos de valor ... públicas ou publicáveis ... são de considerar acessíveis ao conhecimento quer dos próprios quer de terceiros".

Tais informações são pois acessíveis por **todos**. Outras informações sobre o desempenho escolar dos alunos que constem de documentos da Administração, mas que não são públicas ou publicáveis, deverão estar sujeitas a diferente regime em função da capacidade de exercício de direitos dos alunos. Assim:

- Se o aluno for de idade inferior a 18 anos, os pais poderão aceder a estas informações;
- Se o aluno for maior, deve ser seguido o regime do artigo 8º da Lei nº 65/93.

a) João Figueiredo